



# GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Concurso Público

Cargo:

# AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL

Aplicação: 8/2/2009

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho.
- 2 Quando autorizado pelo aplicador, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  

É uma hipocrisia esforçar para ser bom; ou se nasce bom ou não vale a pena meter-se nisso.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao aplicador mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 6 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do aplicador.
- 7 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 9 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 10 Ao terminar as provas, chame o aplicador mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

#### AGENDA (datas prováveis)

- I **10/2/2009**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- II **11 e 12/2/2009** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **11/3/2009** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Estado do Espírito Santo (DOES) e Internet.
- IV **12 e 13/3/2009** – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V **6/4/2009** – Resultado final das provas discursivas, convocação para a avaliação de títulos e convocação para a perícia médica: DOES e Internet.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1 - SEFAZ - AFRE, de 5/11/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

## CONHECIMENTOS GERAIS

### Bancos projetam alta de 2,59 % do PIB em 2009

1 Em 2009, a economia brasileira deverá crescer  
2,59%, resultado bem abaixo do esperado para a alta do PIB  
em 2008, de 5,6%. Esta é a projeção da mais recente  
4 pesquisa de projeções macroeconômicas e expectativas de  
mercado, feita mensalmente pela Federação Brasileira de  
Bancos (FEBRABAN) junto a analistas de 33 instituições.

7 O levantamento, realizado nos últimos dias 18 e 19,  
mostrou que os bancos foram surpreendidos com o  
desempenho da economia no terceiro trimestre e elevaram as  
10 expectativas de expansão da economia para 2008.

Em novembro, a pesquisa apontava para  
crescimento de 5,23% neste ano. No entanto, o cenário para  
13 2009 piorou em relação ao mês passado, quando analistas  
esperavam crescimento de 3,13%, e este ficou bem abaixo da  
projeção de setembro, que era de alta de 3,75% no  
16 próximo ano.

Para o economista chefe da FEBRABAN, Rubens  
Sardenberg, o resultado da nova pesquisa consolida a  
19 previsão de que o país crescerá menos em 2009, mas, mesmo  
assim, deverá ter desempenho superior ao de outras  
economias.

22 Por enquanto, os números são ainda muito positivos,  
se colocarmos em perspectiva um cenário global bastante  
pessimista. A economia brasileira vai crescer em cima de  
25 uma base importante, com a forte expansão dos últimos anos  
— disse.

Jornal do Comércio, 24/12/2008 (com adaptações).

No que se refere à organização das ideias, aos aspectos gramaticais e à tipologia do texto acima, julgue os itens de **1 a 10**.

- O texto é predominantemente opinativo, sendo empregados pelo autor diversos dados estatísticos que sustentam sua argumentação central.
- O resultado da pesquisa citada mostra que a economia do país, neste ano, apresentará menor desempenho, embora o seu crescimento ainda possa ser significativo se comparado com o de outras nações, considerando-se o cenário da economia mundial.
- Não são oficiais os números relativos ao prognóstico de crescimento da economia do país apresentados no texto, mas apoiam-se em ilações de especialistas no assunto.
- As projeções apresentadas no texto evidenciam que a expectativa dos analistas nos últimos meses, com relação à expansão da economia, diminuiu especialmente devido aos efeitos oriundos das oscilações no mercado internacional.
- O termo “projeção” (l.3) pode ser substituído por **estimativa** sem prejuízo do sentido da frase em que está inserido.

- No trecho “junto a analistas de 33 instituições” (l.6), poderia ter sido empregado o sinal indicativo de crase em “a”, pois se trata de caso em que esse emprego é facultativo.
- O termo “levantamento” (l.7) faz referência ao termo “resultado” (l.2), citado no parágrafo anterior.
- Se a forma verbal “consolida” (18) for substituída por **retifica**, haverá prejuízo para o sentido original do período em questão.
- “os números” (l.22) citados pelo economista Rubens Sardenberg não se referem aos prognósticos feitos pelos analistas ouvidos na pesquisa da FEBRABAN.
- O emprego da vírgula após a locução “Por enquanto” (l.22) deve-se à necessidade de se enfatizar a circunstância de modo nesse período.

The most general definition of an audit is an evaluation of a person, organization, system, process, project or product. Audits are performed to ascertain the validity and reliability of information, and also provide an assessment of a system's internal control. The goal of an audit is to express an opinion on the person/organization/system etc. under evaluation based on work done on a test basis. Due to practical constraints, an audit *seeks* to provide only reasonable assurance that the statements are free from material error. Hence, statistical sampling is often adopted in audits. In the case of financial audits, a set of financial statements are said to be true and fair when they are free of material misstatements — a concept influenced by both quantitative and qualitative factors.

Traditionally, audits were mainly associated with gaining information about financial systems and the financial records of a company or a business.

Internet: <en.wikipedia.org/wiki/Audit>(adapted).

Based on the text above, judge the following items.

- An audit can be broadly said to be an appraisal of individuals and organizations.
- The auditor is the person in charge of assuring that no mistakes are made whatsoever.
- Audits are carried out in order to guarantee the dependability and trustworthiness of information.
- Financial audits are free of material errors.
- Usually, audits are principally linked to obtaining information about financial systems and financial records of an enterprise or business.

Considere que A e B sejam conjuntos finitos e não-vazios e sejam  $s_1, s_2, s_3, s_4, s_5$  e  $s_6$  os seguintes números inteiros:  
 $s_1$ : quantidade de elementos do conjunto A;  
 $s_2$ : quantidade de elementos do conjunto B;  
 $s_3$ : quantidade de elementos do conjunto  $A \cup B$ ;  
 $s_4$ : quantidade de elementos do conjunto  $A \cap B$ ;  
 $s_5$ : quantidade de elementos do conjunto  $A \setminus B$ ;  
 $s_6$ : quantidade de elementos do conjunto  $B \setminus A$ .

Com base nessas informações, é correto afirmar que, para quaisquer conjuntos A e B nas condições especificadas,

- 16  $s_3 = s_1 + s_6$ .  
 17  $s_3 + s_4 = s_1 + s_2$ .  
 18  $s_3 = s_5 + s_6$ .

Considere as proposições a seguir:

- $P_1$ : “5 não é par”;  
 $P_2$ : “5 é um número ímpar”;  
 $P_3$ : “5 é um número primo”;  
 $P_4$ : “Todo número ímpar é primo”.

Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

- 19  $P_1 \Rightarrow P_2$  é uma contradição.  
 20  $P_2 \wedge P_3 \Rightarrow P_4$  é uma tautologia.

Uma auditoria foi realizada nas filiais I e II da empresa A&B, com o propósito de examinar a lisura dos processos de compras efetuadas em determinado trimestre. Para a realização de um estudo-piloto e considerando que a população de notas fiscais existentes nessas filiais era muito grande, em cada filial foi tomada uma amostra aleatória simples de 900 notas fiscais. Para cada nota fiscal examinada, registrou-se, entre outras coisas, o logaritmo natural do valor da compra constante na nota fiscal: X. Uma avaliação estatística mostrou que as distribuições de X para as filiais I e II são aproximadamente normais, com médias  $\mu_I$  e  $\mu_{II}$  e desvios padrão  $\sigma_I$  e  $\sigma_{II}$ , respectivamente, em que  $\sigma_I \neq \sigma_{II}$ . Os resultados por filial são mostrados na tabela abaixo.

filial	número de notas fiscais examinadas	média amostral da distribuição de X (em ln R\$)	variância amostral da distribuição de X
I	900	8,5	4
II	900	8,3	5

Com base nas informações acima e considerando-se que  $\Phi(2) = 0,9772$  e  $\Phi(0,675) = 0,7500$ , em que  $\Phi(z)$  representa a função de distribuição acumulada da distribuição normal padrão, julgue os itens de 21 a 27.

- 21 Para ambas as filiais, a margem de erro para a estimativa do valor médio de X é igual a 2,28%, considerando-se que o nível de confiança seja igual a 97,72%.  
 22 A margem de erro para a estimativa do valor médio de X para a filial I diminuirá se o nível de confiança desejado para a estimativa intervalar aumentar de 95% para 99,9%.  
 23 O p-valor correspondente ao teste de hipóteses  $H_0: \mu_I = \mu_{II}$  versus  $H_A: \mu_I \neq \mu_{II}$ , é inferior a 4,8% e a hipótese nula não é rejeitada quando o nível de significância for igual ou superior a 5%.

- 24 Se uma nota fiscal da filial I for selecionada aleatoriamente, estima-se que a probabilidade de essa nota apresentar um valor X igual a 12,5 é inferior a 0,995.  
 25 Por regressão linear simples obtém-se um modelo na forma  $\widehat{X} = 8,5 - 0,2z$ , em que  $\widehat{X}$  representa o valor médio da distribuição de X em função de  $z = 0$  (para a filial I) ou  $z = 1$  (para a filial II), o que permite concluir que a correlação linear entre X e z é igual a -0,2.  
 26 Estima-se que a mediana e o primeiro quartil da distribuição de X na filial I são, respectivamente, iguais a 8,5 e a 7,15.  
 27 O erro padrão da estimativa da média de X para a filial I é inferior a 0,07.

RASCUNHO

Julgue os próximos itens, acerca de matemática financeira.

RASCUNHO

- 28** Considere que os investimentos feitos na instituição financeira A são pagos a uma taxa de juros simples de 1% ao mês, enquanto os feitos na instituição financeira B são pagos a uma taxa de juros compostos também de 1% ao mês. Nessas condições, se o capital de R\$ 1.000,00 foi aplicado por um período de 3 meses em uma dessas instituições e o montante dessa aplicação, ao final dos 3 meses, foi superior a R\$ 1.030,00, é correto concluir que o capital foi investido na instituição financeira B.
- 29** Se um capital de R\$ 2.000,00 foi aplicado por um período de 2 meses, sem saques no período, e o montante desse investimento, ao final dos 2 meses, foi de R\$ 2.205,00, então, nesse investimento, foi praticada a taxa de juros compostos de 5% a.m.
- 30** Se uma dívida a ser saldada em 4 meses, contratada a juros compostos de 1% a.m., foi quitada com 2 meses de antecipação por R\$ 1.020.100,00, então, na data original do vencimento, ela seria quitada por mais de R\$ 1.050.000,00.
- 31** Considere que R\$ 2.000,00 tenham sido investidos em uma aplicação financeira que paga juros compostos de 5% a.m. e que, depois de certo período em que não houve qualquer saque ou nova aplicação nesse investimento, o montante era de R\$ 2.315,25. Nessas condições, é correto concluir esse investimento foi feito por 3 meses.

Para a compra de determinado bem, será tomado um empréstimo de R\$ 189.000,00. Esse empréstimo será pago pelo Sistema Francês de Amortização (Tabela *Price*), sem carência, em 24 prestações, à taxa de juros de 2% a.m., sendo que a primeira prestação vence 1 mês após a contratação do empréstimo.

Com base nessas informações e tomando 18,91 como valor aproximado para  $a_{24|1\%}$ , julgue os itens que se seguem.

- 32** O valor relativo aos juros pagos na segunda prestação é R\$ 3.780,00.
- 33** Por ocasião do pagamento da primeira prestação desse empréstimo, a amortização da dívida foi superior a R\$ 6.000,00.
- 34** O saldo devedor após o pagamento da segunda prestação é inferior a R\$ 170.000,00.

Acerca do direito da empresa, julgue os itens a seguir.

- 35** De acordo com a legislação civil, considera-se empresário aquele que exerce profissionalmente atividade de natureza econômica organizada, para a produção ou circulação de bens ou serviços. No entanto, não se considera empresário, o médico que exerce pessoalmente sua atividade profissional, ainda que contando com a colaboração de uma secretária e de um assistente.
- 36** Considere que antes do início de sua atividade, determinado empresário procedeu à inscrição no registro público de empresas mercantis da respectiva sede, situada no estado do Espírito Santo. Após dois anos de atividade, e considerando o crescimento da empresa, decidiu abrir filial no estado de São Paulo. Nessa situação, o empresário não precisa inscrever-se junto ao registro público da nova jurisdição, bastando, para a abertura de filial, a prova da inscrição originária.
- 37** Segundo a lei civil, o nome empresarial não pode ser objeto de alienação.
- 38** Suponha que João, empresário casado como Maria em regime de comunhão universal de bens, procedeu a venda de bem imóvel integrante do patrimônio da empresa, sem a autorização da esposa. Nessa situação, a alienação é válida, porquanto não há a necessidade de outorga conjugal para dispor de bens que integrem o patrimônio da empresa.
- 39** O Código Civil adotou critério excludente para definir a sociedade simples, porquanto considerou empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro, e sociedades simples, as demais.

Quando às sociedades em espécie, julgue os itens seguintes.

- 40** Considere que Mário, sócio de determinada sociedade limitada, diante da omissão do contrato quanto à cessão de quotas, cedeu parte de sua quota a Ricardo, também sócio, sem, contudo, proceder à audiência dos demais sócios. Nessa situação, o ato é inválido, já que na sociedade limitada, a cessão de quotas, mesmo na hipótese de omissão do contrato, depende da audiência prévia dos demais sócios.
- 41** Na sociedade em comandita por ações, o diretor destituído continua respondendo, por tempo ilimitado, pelas obrigações contraídas sob sua administração.

Acerca do direito civil, julgue os itens que se seguem.

- 42** A aquisição da propriedade imóvel dar-se-á exclusivamente por meio do registro do título translativo no registro de imóveis, o qual será considerado eficaz desde o momento em que o título for apresentado ao oficial do registro, e este o prenotar no protocolo.
- 43** Ainda que resulte de usucapião, o usufruto de imóveis constituir-se-á mediante registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- 44** Na falência, na recuperação judicial e na recuperação extrajudicial de sociedades, os seus sócios, diretores, gerentes, administradores e conselheiros, de fato ou de direito, bem como o administrador judicial, equiparam-se ao devedor ou falido para todos os efeitos penais decorrentes da lei de falências, na medida da respectiva culpabilidade.

Acerca da atuação da administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 45** A administração pública, compreendida no sentido subjetivo como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas que, por força de lei, exercem a função administrativa do Estado, submete-se exclusivamente ao regime jurídico de direito público.
- 46** Suponha que a Assembleia Legislativa do estado do Espírito Santo instaurou processo administrativo destinado a rever as aposentadorias de seus servidores, diante de denúncias relacionadas à prática de ilegalidade. Contra referido ato, foi impetrado mandado de segurança, sob o fundamento de que a garantia constitucional do direito adquirido estaria sendo violada.  
Considerando esta situação hipotética, é legítima a atuação da Assembleia Legislativa do estado, porquanto a administração pública tem o poder-dever de rever seus atos quando praticados com ilegalidade.
- 47** Somente o Poder Judiciário tem a prerrogativa de invalidar ato administrativo que contém vício de legalidade.

Julgue os itens que se seguem.

- 48** Considere a seguinte situação hipotética.  
O Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, após constatar a ocorrência de irregularidades, e a presença dos pressupostos legais, interditou determinado estabelecimento. Nessa situação, o ato é inválido já que a administração pública não poderia tomar referida providência sem a prévia autorização judicial.
- 49** Nos contratos administrativos, a administração pública dispõe da faculdade de promover a alteração unilateral do contrato.
- 50** Considere a seguinte situação hipotética.  
O estado do Espírito Santo pretende adquirir equipamentos fornecidos por representante comercial exclusivo no país. Nessa situação, tem-se a hipótese caracterizadora de dispensa de licitação.
- 51** A lei de improbidade é endereçada não somente ao agente público. Suas disposições são aplicáveis, no que for cabível, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
- 52** De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do estado do Espírito Santo, o servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- 53** Os serviços de defesa nacional, segurança interna e fiscalização de atividades são exemplos de serviços públicos indelegáveis.
- 54** O estado-membro pode, a exemplo do que ocorre no âmbito federal, criar autarquia destinada ao desempenho de atividade administrativa de forma descentralizada. Para tanto, é indispensável a observância do princípio da reserva legal.

Até meados do século XX, os países realizavam os chamados acordos de comércio, também denominados tratados de amizade, comércio e navegação. Tais acordos visam, em um primeiro momento, obter a redução de tarifas de importação, dando certa previsibilidade aos agentes particulares nas transações bilaterais.

No fim do século XIX, foram tomadas algumas iniciativas, ainda tímidas, no sentido de uma regulamentação multilateral do comércio, mas nada se realizou de modo substantivo, prevalecendo o bilateralismo ou mesmo a guerra comercial.

Após 1960, começaram a se difundir os acordos multilaterais de comércio, suplantando os acordos bilaterais.

O marco inicial desse processo de regulamentação multilateral de comércio foi a Conferência de Bretton Woods, em 1944, que, apesar do fracasso na tentativa de criação da Organização Internacional do Comércio (OIC), propiciou grandes avanços na sua regulamentação multilateral.

Os países preferiram realizar negociações para redução tarifárias globais, criando o chamado Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), em que realizavam rodadas localizadas de negociações.

A Rodada Uruguai, iniciada em setembro de 1986, em Punta Del Este, e finalizada em abril de 1994, em Marraqueche, teve como grande resultado a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Marlon Tomazette. *Comércio internacional & medidas antidumping*. Curitiba: Juruá, 2008, p. 34-6 (com adaptações).

Considerando o texto de Marlon Tomazette como referência inicial, julgue os itens a seguir, segundo o disposto no Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio.

- 55** Uma das funções da OMC é cooperar, no que couber, com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e com os órgãos a eles afiliados, visando alcançar maior coerência na formulação das políticas econômicas em escala mundial.
- 56** A estrutura da OMC prevê um Conselho do Grupo Comum, que se reúne para desempenhar as funções do Órgão de Solução de Controvérsias estabelecido no entendimento sobre solução de controvérsias.
- 57** A OMC tem personalidade legal e recebe de seus membros a capacidade legal necessária para exercer suas funções. Entretanto, não pode concluir acordo de sede.

Os acordos da OMC, que englobam o GATT 1947 e os resultados da Rodada Uruguai, fixam as regras que devem ser observadas no comércio internacional, em que tais normas são pautadas pelos próprios objetivos da OMC, que repetem os princípios do referido GATT. Acerca desses princípios, julgue os itens seguintes.

- 58** Pelo princípio da transparência, qualquer vantagem, favor, imunidade ou privilégio concedido por uma parte contratante em relação a um produto originário de ou destinado a qualquer outro país será imediata e incondicionalmente estendido ao produtor similar, originário do território de cada uma das outras partes contratantes ou ao mesmo destinado.
- 59** O princípio da proibição das restrições quantitativas tem como objetivo evitar as restrições não-alfandegárias ao comércio, uma vez que tais restrições são menos perceptíveis e mais difíceis de controlar.
- 60** O princípio da reciprocidade consagra a necessidade de tratamento igual entre produtos importados e produtos nacionais similares, no que tange a tributos ou a outros encargos.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito das formas jurídicas das sociedades, julgue o item a seguir.

**61** Como sociedades não-personificadas, as sociedades limitada e anônima distinguem-se no que diz respeito ao risco, ao limite de responsabilidade de seus sócios, pois, nas limitadas, a perda do sócio se restringe ao capital que subscreveu, ao passo que, nas anônimas, essa perda pode atingir o valor até o preço de emissão das ações subscritas.

A propósito dos princípios fundamentais de contabilidade e dos fatos e lançamentos contábeis, julgue os itens subsequentes.

**62** Ao perceberem a tendência de uma empresa à descontinuidade, os auditores devem registrar o fato em seus relatórios, ainda que a divulgação dessa informação possa provocar ou acelerar a interrupção das atividades da empresa.

**63** Suponha que o responsável pela contabilidade de uma empresa registre a venda de um ativo fixo — com valor líquido contábil de R\$ 60.000,00 — por R\$ 80.000,00, metade à vista, metade a prazo. Esse fato representa uma variação mista aumentativa, que é caracterizada pela troca de ativos, com acréscimo de valor.

A respeito das normas contábeis aplicáveis a empresas da iniciativa privada, julgue o item seguinte.

**64** As normas contábeis vigentes no Brasil estabelecem que, quando as autoridades fiscais fazem exigências específicas relativas à apresentação das demonstrações contábeis de um contribuinte, este deve esclarecer, em nota explicativa, o efeito das alterações produzidas nas referidas demonstrações, por ocasião de sua divulgação e publicação.

Com relação aos conceitos e aplicações de custos, julgue os próximos itens.

**65** Na comparação entre os sistemas de custeio direto e por absorção, a regra geral é que, sendo a quantidade produzida superior à vendida, as despesas, no período, tenderão a ser maiores com o custeio direto, e o lucro operacional, maior com o custeio por absorção.

**66** Em um departamento que produza um bem para o mercado interno e o mesmo bem, com características diferentes, para exportação, a remuneração do gerente constituirá custo direto em relação a cada tipo desse bem, e indireto em relação ao departamento.

Julgue os itens de **67** a **72**, relativos à contabilidade avançada.

**67** Uma empresa que ofereça, por certo prazo, garantia de manutenção e bom funcionamento de um equipamento que seja objeto do seu negócio, deve efetuar uma provisão para os prováveis dispêndios que terá em decorrência desse compromisso. Ainda que se trate de uma estimativa, tal valor deverá figurar no passivo do balanço patrimonial dessa empresa.

**68** As subvenções para investimentos recebidas pela empresa poderão ser convertidas em reserva de incentivos fiscais, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

**69** Suponha que a companhia aberta A participe, com 5% de suas ações, todas ordinárias, do capital social da empresa B. Metade das ações de B são ordinárias. Nesse caso, o investimento de A em B deverá ser avaliado com base no critério do custo, pois tal investimento não alcança 10% do capital de B, nem é relevante.

**70** Com as modificações havidas no texto da Lei das Sociedades por Ações, substituiu-se, na representação do patrimônio líquido, a reserva de reavaliação pelos ajustes de avaliação patrimonial. Tais ajustes constituem contrapartidas tanto de aumentos como de diminuições no valor atribuído a componentes, seja do ativo, seja do passivo.

**71** No caso de incorporação de uma companhia a outra, o acionista dissidente não terá direito a retirar-se, mediante reembolso de suas ações, quando estas tiverem liquidez e dispersão no mercado. Há dispersão quando os acionistas controladores, também por meio de sociedades sob seu controle, detêm mais da metade das ações com direito a voto.

**72** Considere a seguinte situação hipotética. Para efeito de cálculo das saídas de caixa referentes às atividades operacionais de uma empresa comercial, estavam disponíveis os seguintes dados:

- saldo de fornecedores no início do período: R\$ 1.600.000,00;
- saldo de fornecedores no final do período: R\$ 2.300.000,00;
- estoque inicial de mercadorias: R\$ 350.000,00;
- estoque final de mercadorias: R\$ 550.000,00;
- custo das mercadorias vendidas: R\$ 8.500.000,00.

Nessa situação, os pagamentos referentes às compras de mercadorias, feitos por essa empresa comercial a fornecedores, foram de R\$ 9.400.000,00.

RASCUNHO

Com base nos conceitos e aplicações da análise das demonstrações contábeis, julgue os itens seguintes.

- 73** Suponha que, em uma análise horizontal, se tenha comparado a evolução das despesas operacionais de uma empresa com a das vendas líquidas e que os valores correspondentes ao período-base tenham sido, respectivamente, de R\$ 3.000.000,00 e R\$ 1.200.000,00. Se, no período seguinte, o índice das despesas aumentou o dobro da proporção das vendas, tendo alcançado R\$ 1.800.000,00, então o índice das vendas, nesse período, foi correspondente a 75.
- 74** Considerando-se que, em uma empresa, a relação entre capitais de terceiros e capitais próprios seja igual a 0,5, é correto afirmar que essa empresa é fortemente capitalizada e que sua situação financeira é cômoda.

Com base nos conceitos e nas práticas de auditoria, julgue os itens a seguir.

- 75** No exercício das funções de auditoria, o contador, desde que solicitado pela fiscalização do Conselho Regional de Contabilidade (CRC), deverá colocar à disposição dessa entidade relatórios e documentos que tenham servido de base à execução de seu trabalho, inclusive papéis de trabalho.
- 76** Durante os trabalhos de revisão analítica, para efeito de identificação e análise das situações anormais, o auditor deve estabelecer o interrelacionamento entre contas e transações, como, por exemplo, conta-corrente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e compras de mercadorias.
- 77** Os procedimentos de auditoria são utilizados para colher as evidências sobre as informações das demonstrações contábeis. É o caso da contagem física, utilizada para contas, tais como títulos em poder de terceiros.

Acerca da aplicação dos regimes de apuração do resultado do exercício, julgue o item abaixo.

- 78** Considere que, em um contrato de longa duração, orçado em R\$ 1.000.000,00, ao final do primeiro exercício apenas 20% da obra tenha sido realizada. Considere, ainda, que, do custo total estimado de R\$ 600.000,00, R\$ 180.000,00 tenham sido incorridos. Nessa situação, de acordo com os critérios adotados nessas circunstâncias, na opção que permite a apuração do menor lucro no exercício, a receita a ser apropriada deverá ser de R\$ 200.000,00.

RASCUNHO

A respeito da Lei n.º 6.404/1976, alterada pela Lei n.º 11.638/2007, julgue os itens que se seguem.

- 79** Em relação às ações preferenciais, o dividendo prioritário é cumulativo, a ação com dividendo mínimo não participa dos lucros remanescentes e a ação com dividendo fixo concorre com as ordinárias na distribuição do lucro, depois de assegurado a estas dividendo igual ao fixo.
- 80** Os bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou utilizados com essa finalidade, antes classificados no ativo imobilizado, passaram a classificar-se no intangível.

Acerca dos princípios que norteiam o sistema tributário nacional, julgue os itens a seguir.

- 81** A capacidade contributiva é medida, exclusivamente, pela disponibilidade financeira das pessoas.
- 82** O princípio da capacidade contributiva, a que alude a Constituição Federal (CF), tem como destinatário imediato o legislador ordinário das pessoas políticas.
- 83** O princípio da legalidade irrestrita determina que alguns tributos sejam criados por meio de lei.
- 84** O princípio da uniformidade é regra que se aplica exclusivamente à União.
- 85** O princípio da não utilização de tributo com efeito de confisco dá-se, principalmente, pela falta de correspondência entre a punição de um ato ilícito e a cobrança de um tributo.

Julgue os itens que se seguem acerca da vigência e da aplicação da legislação tributária.

- 86** Os atos normativos expedidos pela autoridade administrativa entram em vigor na data de sua assinatura, salvo disposição de lei em contrário.
- 87** As decisões dos órgãos singulares ou colegiados de jurisdição administrativa, quanto aos efeitos normativos, entram em vigor 30 dias após a data da sua publicação, salvo disposição em contrário.
- 88** Os dispositivos de lei que instituem os tributos, sejam quais forem, começam a vigorar no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorreu a sua publicação.
- 89** Os tratados e as convenções internacionais em vigor devem ser respeitados pela legislação tributária que lhes sobrevierem.
- 90** O princípio da anterioridade não se aplica a todos os tributos.
- 91** As leis que instituem contribuições parafiscais e impostos extraordinários estão dispensadas da exigência de que sua aplicação se dê apenas no exercício seguinte ao da sua publicação.

Julgue os itens subsequentes acerca da competência tributária.

- 92** Os estados e os municípios têm competência para instituir contribuições de intervenção no domínio econômico.
- 93** A instituição de taxas de serviços públicos é de competência tributária comum entre os entes da Federação.
- 94** É legalmente facultado à pessoa jurídica de direito público o exercício de sua competência tributária.
- 95** A CF criou os tributos possíveis de serem instituídos pelos entes da Federação, sendo proibida a criação de outros.



Uma unidade da Federação, para incrementar suas receitas tributárias, concedeu benefício fiscal no pagamento de ICMS, por meio de lei ordinária específica. Julgue os itens seguintes, com relação a essa situação hipotética.

- 96** A unidade da Federação pode conceder qualquer benefício fiscal de sua competência, independentemente de acordo firmado com os demais estados.
- 97** O ICMS é o único tributo que depende de acordo entre as unidades da federação para que se possa conceder tal benefício.
- 98** A remissão tributária pode ser concedida para o ICMS, sem o acordo entre as unidades da Federação.
- 99** O ato de concessão do benefício fiscal sem autorização no CONFAZ é considerado nulo.
- 100** É necessário que a concessão de qualquer benefício fiscal tenha sido estimada no anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- 101** A lei que concede o benefício fiscal só poderá ser aplicada após haver a compensação das receitas renunciadas, como reza a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), no caso em que não tenha sido considerada na estimativa de receita da lei orçamentária.

Julgue os itens de **102 a 110** acerca da ICMS.

- 102** Os estados têm competência tributária exclusiva para legislar sobre a concessão de benefícios fiscais ao ICMS.
- 103** Os estados podem alterar a base de cálculo do tributo de ICMS por meio de lei complementar estadual.
- 104** Isenção concedida ao ICMS não precisa aguardar o exercício seguinte para ter aplicação, desde que cumpra todos os requisitos constitucionais e legais dela exigidos.
- 105** As alíquotas do ICMS interestadual são estabelecidas pelo estado que recebe as mercadorias, para poder cobrar a diferença entre essa e a alíquota interna.
- 106** A alíquota interestadual de ICMS, via de regra, é menor que a alíquota interna de determinados estados.
- 107** De acordo com a legislação tributária específica, aplicável ao ICMS, é possível a concessão de parcelamento do crédito tributário, independentemente do CONFAZ.
- 108** O parcelamento do crédito tributário vencido de ICMS é possível até mesmo para contribuintes que foram pegos pelo fisco por condutas fraudulentas.
- 109** A não-emissão de documento fiscal hábil que comprove a operação tributável, em que seja devido o tributo de ICMS, e o não-recolhimento do mesmo no prazo estabelecido em lei podem caracterizar o crime contra a ordem tributária, apenas se se constatar o dolo do contribuinte e não a culpa pelo evento.
- 110** O lançamento feito pelos contribuintes do ICMS é denominado direto, pois é realizado pelo próprio contribuinte.

No quadro de divisão de funções entre os Poderes da República, tocam ao Legislativo as tarefas precípua de legislar e de fiscalizar. A referência ao Poder Executivo contempla atividades diversas e variadas, que envolvem atos típicos da Chefia do Estado, e atos concernentes à Chefia do governo e da administração em geral. Já, para Konrad Hesse, o que caracterizaria a atividade jurisdicional é a prolação de decisão autônoma, de forma autorizada e, por isso, vinculante, em casos de direitos contestados ou lesados.

Gilmar Mendes *et al.* *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2008, 2.<sup>a</sup> ed., p. 853, 905 e 931 (com adaptações).

Considerando o texto do ministro Gilmar Mendes como referência inicial, acerca dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, julgue os itens a seguir, à luz da CF.

- 111** Compete ao Supremo Tribunal Federal (STF) processar e julgar os membros do Conselho Nacional do Ministério Público nos crimes de responsabilidade.
- 112** À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Estadual, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.
- 113** O presidente da República pode dispor, mediante decreto, acerca da organização e do funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa, nem criação ou extinção de órgãos públicos, bem como sobre a criação e extinção de funções ou cargos públicos na administração direta.

O artigo 5.<sup>o</sup> da CF arrola o que ela denomina direitos e deveres individuais e coletivos. Não menciona aí as garantias dos direitos individuais, mas estão também lá. Esses direitos individuais podem ser divididos em três grupos: expressos, implícitos e decorrentes do regime e de tratados internacionais subscritos pelo Brasil.

José Afonso da Silva. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2005, 24.<sup>a</sup> ed, p. 190 e 194 (com adaptações).

Considerando o texto acima como referência inicial, acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, julgue os itens seguintes.

- 114** Compete ao tribunal do júri o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Essa competência constitucional prevalece, inclusive, sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente por constituição estadual.
- 115** Considerando a hipótese de um brasileiro nato, em viagem ao exterior, ter cometido crime comum de tráfico ilícito de entorpecentes, é correto afirmar que, ao regressar ao Brasil, caso o país em que esse indivíduo tiver cometido o ilícito venha a requerer a extradição, esta não poderá ser negada se o Brasil tiver tratado de reciprocidade com este país.

Em relação à estrutura básica da Federação, julgue os itens que se seguem.

- 116** A União é entidade federativa autônoma em relação aos estados-membros e municípios, e cabe a ela exercer as prerrogativas da soberania do Estado brasileiro ao representar a República Federativa do Brasil nas relações internacionais.
- 117** Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro e econômico, e educação, cultura e ensino.

Quanto ao controle de constitucionalidade das normas no direito brasileiro, julgue os próximos itens.

- 118** Segundo o entendimento do STF, o Tribunal de Contas da União, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.
- 119** O Poder Executivo pode atuar como fiscal da validade das leis. Uma de suas atuações refere-se à competência do presidente da República em vetar projeto de lei, com fundamento na inconstitucionalidade. Este chamado veto jurídico possui força definitiva e não pode ser superado pelo Poder Legislativo.
- 120** Segundo o entendimento do STF, o advogado-geral da União deve, obrigatoriamente, ser citado no processo de ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite o limite máximo de **trinta** linhas. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

---

A falta de contabilização das receitas operacionais e não-operacionais das pessoas jurídicas, conhecida como omissão de receitas, pode ser detectada de diversos modos. Alguns deles estão expressamente mencionados nas legislações tributárias, caracterizando, até mesmo, a hipótese de presunção da omissão. Um dos casos mais conhecidos é o do chamado passivo fictício.

---

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema

### **A omissão de receitas e o passivo fictício.**

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ caracterização do passivo fictício e da presunção de omissão de receita;
- ▶ a relação entre a existência de passivo fictício e o saldo da conta caixa;
- ▶ importância da identificação da natureza das receitas omitidas e os respectivos efeitos em face de diferentes tipos de tributos incidentes sobre as mesmas.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

